Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Midiatização do conflito Israel-Palestina: representações sociais e enquadramentos na cobertura da Agência Brasil e do G1[1]

Mediatization of the Israel-Palestine conflict: social representations and framing in Agência Brasil and G1 coverage

Aline Camargo
Mateus Tonon Maciel

Palavras-chave: Cobertura Jornalística; Conflito; Enquadramento; Jornalismo; Midiatização.

O conflito Israel-Palestina, intensificado a partir dos eventos de 7 de outubro de 2023, constitui não apenas um embate geopolítico e militar, mas também um fenômeno profundamente atravessado por dinâmicas comunicacionais. Nesse contexto, a midiatização se apresenta como chave analítica para compreender como a realidade do conflito é construída, circula e se estabiliza no espaço público contemporâneo. A partir dessa perspectiva, este trabalho investiga como a cobertura jornalística brasileira contribui para a produção de sentidos sobre o conflito, com foco nos portais Agência Brasil e G1.

[1] Trabalho apresentado ao VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFBA. Salvador, Bahia. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS. ECA-USP. São Paulo/SP.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

A pesquisa aqui descrita parte do pressuposto de que, em uma sociedade midiatizada, os meios de comunicação não apenas informam sobre os acontecimentos, mas participam ativamente da constituição das realidades sociais. Nesse sentido, articula-se a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1978) com os estudos da midiatização, compreendendo o jornalismo como instância produtora de enquadramentos que orientam percepções, emoções e posicionamentos políticos. Ao mesmo tempo, mobilizam-se os conceitos de Jornalismo de Guerra e Jornalismo para a Paz (Galtung, 2015) como categorias normativas e analíticas para avaliar os modos de narrar o conflito.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, baseada na Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). O corpus é composto por 20 matérias publicadas pelos portais Agência Brasil e G1, selecionadas a partir dos desdobramentos do conflito após outubro de 2023. A análise se organiza em categorias como representação dos atores sociais, construção lexical, fontes de informação, enquadramento (framing) (Entman, 1993), autoria e regimes de visibilidade.

Metodologia

A escolha da Agência Brasil e do G1 baseia-se em três dimensões principais: natureza institucional, alcance e papel na formação da agenda pública. A Agência Brasil é um veículo público de comunicação, vinculado à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com missão de prestar serviços de informação de interesse público, orientados pela pluralidade, pelo caráter não comercial e pelo compromisso com a cidadania.

O G1, por sua vez, é um portal jornalístico pertencente a um grande grupo privado de comunicação (Grupo Globo), com ampla audiência nacional e forte presença no ambiente digital. A análise comparativa entre Agência Brasil e G1 permite confrontar dois modelos de comunicação, público e privado, que operam com lógicas institucionais e editoriais distintas, mas dialogam no mesmo espaço informativo nacional. Dessa forma, é possível identificar convergências e divergências nos

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

enquadramentos, nas fontes acionadas e na representação de Israel e Palestina, contribuindo para o debate sobre diversidade informativa na cobertura internacional.

O corpus é formado por 20 matérias jornalísticas, sendo 10 da Agência Brasil e 10 do G1, todas diretamente relacionadas ao conflito em Gaza. O recorte temporal considera conteúdos publicados até 26 de outubro de 2025, tomando-se esse dia como limite máximo e coletando-se os textos do mais recente para o mais antigo até completar o número de matérias em cada veículo.

A escolha desse período se justifica por três motivos. Em primeiro lugar, trata-se de uma fase em que o conflito se encontra em estágio de relativa estabilização militar, com foco em temas como cessar-fogo, ajuda humanitária, trocas de reféns, reconstrução e responsabilização internacional, ampliando a diversidade de enquadramentos disponíveis. Em segundo lugar, o recorte assegura que o corpus contemple a etapa mais recente de cobertura disponível no momento da pesquisa. Em terceiro lugar, delimitar um marco temporal claro permite controlar o volume de textos, tornando o corpus viável para análise aprofundada e garantindo comparabilidade entre os veículos.

A unidade de contexto adotada é texto jornalístico informativo, tendo como critério de exclusão da amostra os conteúdos opinativos e textos com menos de três fontes, considerada em sua integralidade, incluindo título, subtítulo, corpo do texto e elementos adicionais como boxes e legendas quando pertinentes. Como unidade de registro, utiliza-se o trecho discursivo (período ou parágrafo) no qual se identificam elementos relevantes para os objetivos da pesquisa, como designações de atores, adjetivações, construções verbais que atribuem agência aos atores sociais (Israel e Palestina), referências territoriais e uso de fontes.

O quadro de categorias foi construído a partir da literatura sobre análise de conteúdo (Bardin, 1977) e da leitura exploratória do corpus, contemplando: a) Representação dos atores centrais; b) Escolhas lexicais e adjetivações; c) Estrutura de fontes; d) Enquadramentos predominantes.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Os resultados indicados neste resumo expandido foram organizados nas categorias abaixo. É importante ressaltar que a organização dos resultados não segue uma divisão por veículo, mas sim por categorias temáticas transversais. Essa opção busca facilitar a comparação das abordagens dos dois objetos que compõem a amostra (G1 e Agência Brasil).

Ao invés de analisar os portais isoladamente, buscou-se identificar convergências que caracterizam a cobertura brasileira da guerra. Dessa forma, a apresentação dos dados a seguir foi estruturada em oito tópicos analíticos sequenciais, desenhados para investigar a hipótese de que a natureza institucional do veículo (pública ou privada) influencia, mas não determina a qualidade e a independência da cobertura internacional.

Quadro I: Análise da amostra

	Agência Brasil	G1	Análise comparativa
Representação dos atores sociais	a institucionalização do conflito e a voz da mídia israelense	a geopolítica global e a hegemonia norte-americana	assimetrias e divergências de enquadramento
Construção lexical da realidade: análise da linguagem e adjetivação	a semântica da institucionalidade e a incerteza do "outro"	o léxico da guerra ao terror e a eufemização técnica	assimetrias semânticas e disputas de narrativa
Gramática da ação: verbos de representação e agência política	a ação administrativa e a dialética do bloqueio	a operacionalização técnica e a dúvida sobre o "outro"	a agência da violência e a passividade do sofrimento
Arquitetura da credibilidade: análise das fontes de informação	o oficialismo e a voz da imprensa israelense	a internacionalização da fonte e o filtro do norte global	quem tem o direito de falar?
Autoria e a soberania narrativa: quem escreve a guerra?	a transparência da dependência externa	a autoria coletiva e a curadoria de conteúdo	a soberania narrativa em xeque
Regime de visibilidade:	a curadoria institucional e a tv	a guerra híbrida e a estética da	o olhar padronizado do norte global

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

análise dos recursos multimídia	pública	destruição	
Enquadramento (Framing): a moldura da realidade	o enquadramento da diplomacia e da gestão de crise	o enquadramento da segurança global e a luta antiterrorismo	a convergência na despolitização
Tom e foco da narrativa	a sobriedade protocolar e a burocratização da tragédia	o tom alarmista e a narrativa do "thriller" geopolítico	a distância versus o espetáculo

Fonte: elaboração própria.

Algumas considerações

A pesquisa a que se refere este resumo expandido dedicou-se a analisar a cobertura jornalística do conflito Israel Palestina realizada por dois veículos: a Agência Brasil e o portal G1.

A hipótese inicial de que haveria divergências substanciais de enquadramento devido à natureza distinta das linhas editoriais (o interesse público versus o interesse comercial) confirmou-se apenas parcialmente. O que os dados revelaram foi um fenômeno de convergência estrutural: embora o "tom" e a "embalagem" sejam distintos, a narrativa permanece ancorada nos mesmos pressupostos epistemológicos do Norte Global, reproduzindo as assimetrias de poder que caracterizam o próprio conflito.

Um dos achados mais contundentes desta análise refere-se à desigualdade na representação dos atores sociais. Confirmando os postulados teóricos sobre a construção da notícia, observou-se que a legitimidade é um atributo distribuído de forma desigual pelo texto jornalístico.

O Estado de Israel emerge na cobertura de ambos os veículos como o detentor do monopólio da racionalidade e da agência política. Seja através da burocracia diplomática enfatizada pela Agência Brasil, seja através da estratégia militar destacada pelo G1, Israel é representado como um sujeito complexo, dotado de instituições,

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

divergências internas, judiciário e mídia livre. Seus verbos são de ação deliberada ("decidiu", "autorizou", "traçou").

Em contrapartida, o lado palestino sofre um processo de achatamento representativo. A pesquisa demonstrou que a palestinidade é narrada sob uma lógica binária redutora: ou é a "barbárie" (representada pelo Hamas e seus verbos de negação e violência) ou é a "vítima passiva" (representada pela massa civil sem rosto). A análise de conteúdo evidenciou a ausência sistemática de vozes palestinas da sociedade civil organizada (intelectuais, líderes comunitários, pacifistas) que pudessem articular um discurso político para além do grito de dor ou do disparo do fuzil. À luz da teoria do Jornalismo para a Paz, proposta por Johan Galtung, essa constatação é grave. Galtung (2015) alerta que o "Jornalismo de Guerra" tende a polarizar o conflito entre "nós" (civilizados) e "eles" (bárbaros).

Ao negar ao palestino a complexidade política e reduzi-lo à condição de "objeto humanitário" (que precisa de comida) ou "objeto de segurança" (que precisa ser contido), tanto a Agência Brasil quanto o G1 falham em humanizar o "outro". A empatia gerada é a da piedade, não a da solidariedade política ou do reconhecimento de direitos. Outro ponto nevrálgico revelado pela pesquisa é a crise de soberania narrativa do jornalismo brasileiro na cobertura de conflitos internacionais.

A análise das categorias "Fontes", "Autoria" e "Recursos Multimídia" desenhou um cenário de profunda dependência das agências de notícias transnacionais (Reuters, AFP, AP). Conclui-se que o Brasil, nesta cobertura, atuou majoritariamente como um "importador de enquadramentos". O texto que chega ao leitor brasileiro, seja no portal estatal ou no privado, é, em sua gênese, um texto pensado e escrito a partir dos centros de poder do Ocidente (Londres, Paris, Nova York). Isso explica a homogeneização do léxico e a importação acrítica de conceitos como "Guerra ao Terror" ou a naturalização da cronologia que inicia a história em "7 de outubro", ignorando décadas de contexto colonial.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

No caso da Agência Brasil, essa dependência expõe a fragilidade do projeto de comunicação pública no que tange à política externa. Esperar-se-ia que a EBC oferecesse um contraponto à mídia comercial, talvez alinhada à tradição diplomática brasileira de busca por soluções pacíficas e multilaterais, com um olhar mais voltado ao Sul Global. No entanto, ao reproduzir despachos da Reuters e citar a mídia israelense (Ynet) como fonte primária, a agência estatal acabou por mimetizar a pauta hegemônica, diferenciando-se apenas pelo tom mais protocolar e menos sensacionalista.

No caso do G1, a dependência das agências internacionais e das fontes oficiais norte americanas (Departamento de Estado, Pentágono) reforçou um enquadramento geopolítico que subordina a realidade de Gaza aos interesses de segurança dos Estados Unidos. A "autoria coletiva" da redação serviu, na prática, para naturalizar a visão de mundo das grandes potências como se fosse a visão neutra e objetiva dos fatos. A Agência Brasil demonstrou um esforço de "resfriamento" da narrativa. Sua linguagem burocrática e seu foco na diplomacia evitaram a espetacularização da dor e a incitação ao ódio direto, características louváveis em um ambiente informacional saturado de sensacionalismo.

Os resultados indicam que, apesar das diferenças institucionais entre os veículos, comunicação pública e mídia privada comercial, há uma convergência significativa na reprodução de enquadramentos associados ao paradigma do Jornalismo de Guerra. Observa-se a centralidade da violência direta como critério de noticiabilidade, a simplificação binária do conflito e a predominância de fontes institucionais e internacionais, em detrimento de vozes locais e perspectivas contra hegemônicas.

No âmbito da midiatização, essa convergência evidencia a atuação de uma lógica midiática que padroniza narrativas e reforça regimes de visibilidade globalizados. A dependência de agências internacionais, especialmente no caso do G1, aponta para a circulação transnacional de frames que tendem a privilegiar perspectivas do Norte global. Já a Agência Brasil, embora apresente maior ênfase institucional, também

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

reproduz uma narrativa centrada na diplomacia e na gestão de crise, limitando a problematização estrutural do conflito.

Conclui-se que a cobertura analisada opera dentro de uma lógica midiatizada que privilegia a espetacularização da violência e a simplificação narrativa, em detrimento de abordagens mais contextualizadas e orientadas à paz. Nesse sentido, o estudo aponta para a necessidade de fortalecimento de práticas jornalísticas alinhadas ao Jornalismo para a Paz, capazes de ampliar vozes, explorar causas estruturais e contribuir para a construção de uma esfera pública mais crítica e reflexiva.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication,** v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

GALTUNG, Johan. Peace journalism and reporting on the United States. **The Brown journal of world affairs**, v. 22, n. 1, p. 321-333, 2015.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.